

AVANÇASP

Rio CLARO
AMOR PELA CIDADE

Fundação Municipal
de Saúde



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
RIO CLARO/SP

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023

PROCURADOR JUDICIAL

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e o enunciado da peça prático-profissional, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova Objetiva e para a transcrição do texto definitivo da prova Discursiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- A Prova Discursiva será composta de 01 (uma) Peça Prático-Profissional;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Redija o texto definitivo na folha de resposta, com caneta de tinta azul ou preta;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;
- d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA**TEXTO**

Qual o idioma mais antigo já registrado?

Apesar de sua importância histórica, este idioma não chegou a ser usado fora do território em que se originou.

Os idiomas são uma ponte de comunicação entre diferentes povos, culturas e países. E embora o inglês seja o idioma mais usado no mundo atualmente, atingindo um número estimado de 1,27 bilhão de falantes, ele não é o mais antigo que se tem registro.

Qual o idioma mais antigo?

O idioma sumério surgiu no Oriente Médio aproximadamente por volta de 3.100 a.C. no sul da Mesopotâmia (atual Iraque, Turquia e Síria), de acordo com a Encyclopædia Britannica, plataforma de dados voltada para a educação do Reino Unido. No entanto, por volta de 2.000 a.C., esse idioma foi substituído na oralidade pelo semítico acadiano, sendo que a sua forma escrita continuou sendo usada por mais alguns anos. Ainda que tenha sido de grande importância e influência no desenvolvimento da Mesopotâmia e de outras civilizações antigas, o sumério nunca conseguiu se expandir para outros territórios, acrescenta a Britannica.

A história do sumério

O sumério pode ser dividido em quatro categorias: sumério arcaico, sumério antigo/clássico, novo sumério e pós-sumério. A primeira denominação abrange o período de 3.100 a.C., quando surgiram os registros iniciais do sumério, até cerca de 2.500 a.C. Sua compreensão ainda é complexa devido às dificuldades de leitura e interpretação, diz a Britannica. O sumério antigo ou sumério clássico abrange o período de 2.500 a 2.300 a.C., sendo usado pelos primeiros governantes de Lagash (uma importante cidade da antiga Suméria) em seus textos comerciais, jurídicos e administrativos, bem como em cartas particulares ou oficiais. Em relação ao período histórico do novo sumério, a Britannica menciona que ele chegou ao fim por volta de

2.000 a.C. No período da Antiga Babilônia, os sumérios perderam sua identidade política e o idioma foi gradualmente desaparecendo, mas a escrita continuou até o fim do uso da escrita cuneiforme (produzida com o auxílio de objetos em formato de cunha). Deu-se o nome de “pós-sumério” a essa última fase do idioma.

National Geographic - História e cultura.
Disponível em:

<<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/qual-o-idioma-mais-antigo-ja-registrado>>

QUESTÃO 01

De acordo com o texto, o idioma sumério não se expandiu para outros territórios além da Mesopotâmia porque:

- (A) teve pouca influência no desenvolvimento da Mesopotâmia e de outras civilizações antigas.
- (B) era utilizado apenas em contextos formais pelos governantes de Lagash, em textos comerciais, jurídicos e administrativos.
- (C) era de difícil compreensão.
- (D) foi gradualmente desaparecendo, no período da Antiga Babilônia.
- (E) não tinha um sistema de escrita.

QUESTÃO 02

Considere o seguinte excerto: “a Britannica menciona que ele chegou ao fim por volta de 2.000 a.C.” No contexto em que ocorre, o pronome pessoal “ele” retoma:

- (A) “novo sumério”.
- (B) “o período histórico do novo sumério”.
- (C) “Lagash”.
- (D) “semítico acadiano”.
- (E) “o Oriente Médio”.

QUESTÃO 03

Considere o seguinte excerto: “E embora o inglês seja o idioma mais usado no mundo atualmente, atingindo um número estimado de 1,27 bilhão de falantes, ele não é o mais antigo que se tem registro.” No trecho apresentado, o sentido concessivo da oração que inicia o período é caracterizado pelo uso:

- (A) da conjunção “E”.
- (B) da conjunção “embora”.
- (C) do verbo “ser” conjugado no presente do subjuntivo.
- (D) da comparação expressa em “idioma mais usado no mundo”.
- (E) do advérbio “atualmente”.

QUESTÃO 04

Considere a seguinte sentença, retirada do texto: “Apesar de sua importância histórica, este idioma não chegou a ser usado fora do território em que se originou.” Em relação às categorias gramaticais, as palavras “apesar”, “sua”, “este”, “território” e “em” são, respectivamente:

- (A) advérbio, pronome possessivo, pronome demonstrativo, substantivo e preposição.
- (B) conjunção, pronome possessivo, pronome demonstrativo, substantivo e conjunção.
- (C) advérbio, pronome pessoal, pronome demonstrativo, substantivo e preposição.
- (D) conjunção, pronome possessivo, pronome relativo, substantivo e preposição.
- (E) advérbio, pronome possessivo, pronome demonstrativo, adjetivo e conjunção.

QUESTÃO 05

Considere as seguintes sentenças, retiradas do texto:

I. “Os idiomas são uma ponte de comunicação entre diferentes povos, culturas e países.”

II. “No período da Antiga Babilônia, os sumérios perderam sua identidade política”

Em relação à regência, nas sentenças dadas, os verbos “ser” e “perder” são, respectivamente:

- (A) verbo de ligação e verbo transitivo indireto.
- (B) verbo transitivo direto e verbo transitivo direto.
- (C) verbo intransitivo e verbo transitivo indireto.
- (D) verbo transitivo direto e verbo de ligação.
- (E) verbo de ligação e verbo transitivo direto.

QUESTÃO 06

Considere as seguintes palavras, que ocorrem no texto:

- I. oralidade;
- II. gradualmente;
- III. cuneiforme.

As palavras dadas apresentam marcas que indicam diferentes processos de formação. Aquela(s) que apresenta(m) marca(s) característica(s) apenas do processo de derivação é (são):

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

QUESTÃO 07

Considere o seguinte excerto: “A primeira denominação abrange o período de 3.100 a.C., quando surgiram os registros iniciais do sumério, até cerca de 2.500 a.C.” Neste contexto, a palavra “iniciais” estabelece relação direta de concordância com:

- (A) “denominação”.
- (B) “período”.
- (C) “registros”.
- (D) “sumério”.
- (E) “surgiram”.

QUESTÃO 08

Considere o seguinte excerto, retirado de “Vida ao Natural”, de Clarice Lispector: “O acordo do mundo com aquilo que ela nem sequer sabia que precisava como numa fome. Chovia, chovia.” No trecho apresentado, todos os verbos estão conjugados no modo indicativo, no tempo:

- (A) pretérito imperfeito.
- (B) pretérito perfeito.
- (C) pretérito mais-que-perfeito.
- (D) futuro do presente.
- (E) futuro do pretérito.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que apresenta a palavra com ortografia incorreta.

- (A) meias-luas.
- (B) bênção.
- (C) lúnula.
- (D) carangídeos.
- (E) inter-pessoal.

QUESTÃO 10

Analise o excerto a seguir e assinale a alternativa que **preenche** todas as lacunas corretamente:

“O jantar será em nossa casa, na sexta-feira, ___ 20h. Faremos espaguete ___ carbonara. Toda ___ família estará presente. Vamos jogar “Cara ___ cara”, o jogo preferido das crianças.”

- (A) às; à; a; a.
- (B) as; à; a; a.
- (C) às; a; a; a.
- (D) às; à; à; a.
- (E) às; à; à; à.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Considerando seu peculiar sistema de iniciativa, é correto afirmar que um projeto de Emenda à Constituição poderá surgir por proposta de:

- (A) mais da metade das Assembleias Legislativas dos estados-membros, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria qualificada de votos.
- (B) mais da metade das Assembleias Legislativas dos estados-membros, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria relativa de votos.
- (C) mais de um terço das Assembleias Legislativas dos estados-membros, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria simples de votos.
- (D) mais de um terço das Assembleias Legislativas dos estados-membros, sendo que, em cada uma delas, deve ocorrer a maioria absoluta de votos.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 12

Sobre o Estado brasileiro, assinale a alternativa que apresenta respectivamente seu sistema de governo, regime de governo e suas formas de governo e de Estado.

- (A) Presidencialismo, democracia, federação e república.
- (B) Federação, república, democracia e presidencialismo.
- (C) Parlamentarismo, federação, república e democracia.
- (D) Presidencialismo, democracia, república e federação.
- (E) Confederação, presidencialismo, democracia e república.

QUESTÃO 13

O artigo 18, § 2º, da Constituição Federal, determina que a criação de Territórios Federais e sua transformação ou integração a um Estado, se dará por lei complementar. Tal dispositivo pode ser classificado como:

- (A) norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo.
- (B) norma constitucional de eficácia limitada de princípio programático.
- (C) norma constitucional de eficácia contida.
- (D) norma constitucional de eficácia plena.
- (E) norma de aplicabilidade direta, imediata e não integral.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta sobre o processo legislativo brasileiro.

- (A) A iniciativa das leis complementares cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal e aos cidadãos.
- (B) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las ao Congresso Nacional em até 30 dias.
- (C) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) O Presidente detém o poder de veto a projeto de emendas à constituição se a considerar contrária à Constituição ou ao interesse público.
- (E) A CF/88 permite a edição de medidas provisórias que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

QUESTÃO 15

Com base no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) São objetos da ação direta de inconstitucionalidade genérica, lei ou ato normativo, federal, estadual e municipal, que sejam incompatíveis com a Constituição.
- (B) É função da ação declaratória de constitucionalidade transformar a presunção de constitucionalidade dos atos normativos, em presunção relativa.
- (C) Em regra, os tratados internacionais são incorporados como leis, portanto, podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão é uma ação do controle concentrado que combate a inconstitucionalidade de legislação anterior ao advento da Constituição de 1988.
- (E) O objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é suprir a omissão legislativa de norma regulamentadora que possibilita o exercício de direito constitucional.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa incorreta acerca da participação social na vida política e administrativa brasileira.

- (A) Os conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos estados e municípios são canais de participação social do cidadão.
- (B) A Ação Popular permite que qualquer cidadão, desde que seja eleitor, recorra ao Poder Judiciário para exercer diretamente a função de fiscalização dos atos do poder público.
- (C) A audiência pública reúne o Poder Executivo e Legislativo para expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública e a elaboração de um projeto de lei.
- (D) O Tribunal de Contas fiscaliza as contas do Poder Executivo (federal, estadual e municipal) e também dos órgãos, empresas e fundações que fazem parte do poder público.
- (E) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) afirma que os conselhos municipais são instâncias deliberativas do sistema centralizado e participativo de assistência social.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa correta sobre o controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico.

- (A) O controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais é desempenhado mediante um juízo de compatibilidade horizontal com a CF/88.
- (B) O controle de constitucionalidade é a garantia da rigidez e da superioridade hierárquica da Constituição, na sua condição de fruto do Poder Constituinte Reformador.
- (C) A modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade é regulada pela Lei 9.868/99, que não autoriza o Supremo Tribunal Federal a restringir os efeitos dessa declaração.
- (D) O controle de constitucionalidade preventivo é feito *a priori*, antes da elaboração da lei, e impede que um projeto de lei inconstitucional venha a ser promulgado.
- (E) Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

QUESTÃO 18

Sobre a capacidade política de emitir tributos, peculiar dos entes federados, a competência tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) Competência residual diz respeito à competência exclusiva que cada ente federativo possui para instituir impostos.
- (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- (C) Competência extraordinária diz respeito à criação de tributos tendo como fato gerador uma circunstância excepcional, tal como os empréstimos compulsórios.
- (D) Competência privativa é a situação que permite a possibilidade de criação de novos impostos, além daqueles já previstos nas competências do Fisco.
- (E) Competência especial refere-se aos impostos que podem ser criados pela União no caso de guerra.

QUESTÃO 19

No que concerne aos conceitos jurídicos da tributação, é correto afirmar que:

- (A) O tributo é uma prestação pecuniária que o Estado, e nenhum outro ente público, exige dos sujeitos econômicos submetidos à sua soberania.
- (B) A contribuição de melhoria pode ser instituída pela União para despesas provenientes de calamidades públicas.
- (C) Taxas são tributos instituídos em razão do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis.
- (D) Mediante lei ordinária, a União poderá instituir empréstimos compulsórios e instituir contribuições sociais.
- (E) As vedações ao poder de tributar não se sobrepõe de forma absoluta ao poder tributário do Estado.

QUESTÃO 20

Quanto a limitações ao poder de tributar, é correto afirmar que é vedado à União, aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, exceto:

- (A) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- (B) cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- (D) instituir imposto sobre patrimônio, renda ou serviços das entidades sindicais e dos partidos políticos, inclusive suas fundações.
- (E) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

QUESTÃO 21

Analise as alternativas e assinale aquela que apresenta um conteúdo incorreto acerca da legislação tributária nacional

- (A) O Imposto sobre Grande Fortunas (IGF) é previsto na CF/88, competindo à União sua instituição e regulamentação, através de lei complementar.
- (B) As leis orçamentárias serão de iniciativa do poder legislativo e estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (C) Os municípios têm competência para instituir os impostos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
- (D) Os Estados têm competência para instituir impostos de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
- (E) Pelo princípio da capacidade contributiva, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

QUESTÃO 22

Segundo o Código Tributário, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária não utilizará:

- (A) a analogia.
- (B) a jurisprudência.
- (C) os princípios gerais de direito tributário.
- (D) os princípios gerais de direito público.
- (E) a equidade.

QUESTÃO 23

Sobre questões atinentes ao Direito Administrativo, assinale a opção correta.

- (A) O Direito Administrativo provém exclusivamente do Poder Executivo, já que a separação de poderes no Brasil é rígida.
- (B) O Direito Administrativo não é plenamente codificado. Por isso, não é um ramo autônomo como o Direito Penal, Civil e Tributário.
- (C) Pelo critério subjetivo, a Administração Pública confunde-se com os próprios sujeitos que integram a estrutura administrativa do Estado.
- (D) Por não ser autônomo, o Direito Administrativo é uma disciplina do Direito Público que regula as relações entre o Estado e os administrados.
- (E) Os bens públicos dominicais são impenhoráveis e não podem ser objeto de alienação.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa incorreta acerca do Estado, Governo e Administração Pública no Direito Administrativo.

- (A) Estado é dotado de poder extroverso, impondo suas vontades aos administrados, independentemente da concordância destes.
- (B) A vontade emanada do Estado obrigará os particulares a seguirem as determinações dele, criando-se deveres na esfera jurídica dos particulares.
- (C) O Estado é pessoa jurídica de direito público personalizada, que mantém relação com outros países e sujeito ativo e passivo de direitos e obrigações no âmbito interno.
- (D) No Brasil, a Federação foi instituída por meio do sistema centrípeto, com uma distribuição do poder central para outras entidades.
- (E) Os atos de governo ou ato político não são considerados atos administrativos, uma vez que são praticados pelo Presidente da República na função de Chefe de Governo, e não de Chefe da Administração Pública.

QUESTÃO 25

Segundo previsão constitucional, a administração pública de qualquer dos Poderes dos entes federativos obedecerá ao seguinte:

- (A) as obras, serviços e compras serão contratados mediante processo de licitação pública, assegurando melhores condições às empresas que possuam capital público.
- (B) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais, ainda que em suas áreas de competência e jurisdição, não terão precedência sobre os demais setores administrativos.
- (D) é permitida a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (E) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, com exceção dos ministros do Superior Tribunal Federal, não poderão ser superiores aos do Poder Executivo.

QUESTÃO 26

No que concerne ao processo licitatório descrito na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar.

- (A) Tem como objetivo assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e incentivar o desenvolvimento nacional sustentável.
- (B) A administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve importar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles externos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios.
- (C) A prova de autenticidade de cópia de documento particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração do advogado, desde que haja o reconhecimento de firma.
- (D) Os atos serão preferencialmente presenciais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio físico.
- (E) O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de habilitação; de apresentação de propostas e de julgamento.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta a respeito do processo administrativo expresso na Lei nº 9.784/1999.

- (A) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado por meio de advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Ainda que os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, não poderão ser formulados em um único requerimento.
- (C) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até quinze dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- (D) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidam recursos administrativos e decorram de reexame de ofício.
- (E) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, mas não pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.

QUESTÃO 28

Da análise da legislação referente ao Direito Administrativo, é correto afirmar:

- (A) A Lei nº 8.666/1993 institui o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias, inclusive as em regime especial.
- (B) A Lei nº 8.429/1992 estabelece normas sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade.
- (C) Os cargos públicos são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- (D) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato culposo, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (E) Conforme a Lei nº 8.112/1990, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade no exercício das funções do Estado.

QUESTÃO 29

No tocante às normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.

- (A) As partes têm o direito de obter a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, no prazo máximo de 120 dias.
- (B) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé, vez que a má-fé é presumida.
- (C) Autores e réus do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. O terceiro interessado não tem o mesmo compromisso.
- (C) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais.
- (D) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a moralidade e a eficácia.
- (E) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa correta sobre a denunciação da lide no processo civil brasileiro.

- (A) A citação do denunciado será requerida na contestação, se o denunciante for autor, ou na petição inicial, se o denunciante for réu.
- (B) O denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, mas não pode acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- (C) Se o denunciado confessar os fatos alegados pelo autor na ação principal, o denunciante não poderá prosseguir com sua defesa.
- (D) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.
- (E) Se o denunciado for revel, o denunciante pode deixar de prosseguir com sua defesa.

QUESTÃO 31

De acordo com o Código de Processo Civil, não há impedimento do juiz no processo:

- (A) em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público.
- (B) de que conheceu em outro grau de jurisdição, mesmo não tendo proferido decisão.
- (C) quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- (D) quando promover ação contra a parte ou seu advogado.
- (E) em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa incorreta em relação à Defensoria Pública no processo civil brasileiro.

- (A) De ofício, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- (B) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais. O mesmo se aplica aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito em razão de convênios firmados com a Defensoria.
- (C) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.
- (D) O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- (E) O prazo para a Defensoria tem início com a intimação pessoal do defensor público.

QUESTÃO 33

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta em relação à Advocacia Pública.

- (A) A chefia dos órgãos de Advocacia de Estado, no Brasil, como regra, é nomeada pelo chefe do Poder Legislativo de cada ente federativo.
- (B) Há relação de hierarquia e de subordinação entre advogados públicos, privados, defensores públicos, magistrados e membros do Ministério Público.
- (C) Incumbe à Advocacia Pública defender e promover os interesses públicos dos entes federativos por meio da representação judicial das pessoas jurídicas de direito público e privado que integram a administração direta e indireta.
- (D) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- (E) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com negligência, imprudência ou imperícia no exercício de suas funções.

QUESTÃO 34

Considerando as disposições gerais do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial é correto afirmar que:

- (A) o recurso que tiver a repercussão geral reconhecida deverá ser julgado no prazo de dois anos e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.
- (B) o recurso extraordinário e o especial, serão interpostos perante o relator da decisão recorrida, em petições distintas que deverão conter a demonstração do cabimento do recurso.
- (C) o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício material de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
- (D) na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal Federal.
- (E) quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência.

QUESTÃO 35

De acordo com a CF/88, os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios. Sobre o dispositivo, assinale a alternativa correta.

(A) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, com exceção de benefícios previdenciários e indenizações por invalidez fundadas em responsabilidade civil, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

(B) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 50 (cinquenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

(C) As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao juiz que prolatou a sentença determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência.

(D) Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 60 (sessenta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas.

(E) A exceção em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

QUESTÃO 36

Sobre os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual, assinale a alternativa correta.

(A) A lei orçamentária anual deverá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

(B) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(C) A União organizará e manterá registro descentralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.

(D) A administração poderá executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços.

(E) A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

QUESTÃO 37

Sobre a lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e transparência.

(B) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, permitida algumas deduções.

(C) A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

(D) As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como receita, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como despesa, no orçamento da que as deva receber.

(E) O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na despesa quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Executivo em forma que juridicamente possibilite realizá-las no exercício.

QUESTÃO 38

Observadas as categorias econômicas, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa, assinale a alternativa incorreta.

(A) São despesas correntes: as despesas com material de consumo e pessoal militar (transferências correntes) e subvenções sociais e subvenções econômicas (despesas de custeio).

(B) São despesas de capital: as obras públicas e os serviços em regime de programação especial (investimentos) e concessão de empréstimos e aquisição de imóveis (inversões financeiras).

(C) São despesas de capital: a amortização da dívida pública, os auxílios para obras públicas e para equipamentos e instalações (transferências de capital).

(D) São despesas correntes: as despesas com salário família e abono familiar (transferências correntes) e serviços de terceiros e encargos diversos (despesas de custeio).

(E) São despesas de capital: auxílios para Inversões financeiras (transferências de capital) e constituição de fundos rotativos (inversões financeiras).

QUESTÃO 39

De acordo com a CF/88, a despesa com pessoal dos entes federativos não pode exceder os limites estabelecidos em lei. Assim sendo, assinale a alternativa incorreta sobre o controle de tais despesas disposto na LC nº 101/2000.

(A) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 50% para União e 60% para os Estados e os Municípios.

(B) Para efeitos da lei, não serão computadas as despesas de indenização por demissão de servidores ou empregados.

(C) Para fins do disposto do comando constitucional, não serão computadas as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária.

(D) É anulável o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

(E) É nulo o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão público responsável.

QUESTÃO 40

No que diz respeito aos princípios penais, assinale a alternativa incorreta.

(A) O agente que incentiva desafeto a praticar “esportes radicais” responde pelos acidentes sofridos pela vítima, que optou por fazê-lo. Nesse caso, considerando o dolo, não há que se falar na aplicação do princípio da autorresponsabilidade.

(B) A proscrição da responsabilidade penal objetiva encontra consonância no Código Penal que defende a impossibilidade de imposição de pena sem culpabilidade e condiciona sua aplicação à imputabilidade e à possibilidade de se exigir outra conduta do agente.

(C) Sobre o princípio da insignificância, o Supremo Tribunal Federal vem adotando critérios ajustados para a verificação da possibilidade de aplicá-lo. São eles: a mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

(D) Pelo princípio da transcendentalidade, não é possível incriminar atitudes puramente subjetivas. Se a conduta for apenas imoral não apresenta a necessária lesividade que legitima a intervenção do Direito Penal. Por isso, não se pune a autolesão, salvo quando se projeta a prejudicar terceiros, a tentativa de suicídio e o uso pretérito de droga.

(E) O médico que confia em sua equipe não pode ser responsabilizado pela utilização de uma substância em dose equivocada, se para isso não concorreu; ou o motorista que conduz seu automóvel cuidadosamente e atropela um transeunte que se precipita repentinamente para a via trafegável, não podem ser punidos em homenagem ao princípio da confiança.

QUESTÃO 41

Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa correta sobre a conduta componente do fato típico no Direito Penal.

(A) Para a teoria naturalista: ação e finalidade são conceitos inseparáveis, isto é, a ação é a conduta humana consciente e voluntária dirigida a uma finalidade.

(B) Para a teoria funcional, a ação é mera exteriorização do pensamento, ou seja, seria a inervação muscular que, produzida por energias de um impulso cerebral, provoca modificações no mundo exterior.

(C) Para a teoria finalista, a ação é a conduta positiva socialmente relevante, dominada ou dominável pela vontade e dirigida a uma finalidade.

(D) As teorias sociais propõem que os elementos estruturais do crime devam ser interpretados à luz da função do direito penal, consistente em incentivar comportamentos adequados, de modo que a sociedade funcione corretamente.

(E) A possibilidade de atribuir ao omissente algum resultado naturalístico dá-se não por haver nexo real entre a omissão e o resultado, mas como decorrência de uma obrigação jurídica anterior à omissão.

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa falsa em relação aos conceitos do Direito Penal brasileiro.

(A) Na *actio libera in causa* compreendem-se as situações em que o sujeito pratica um comportamento criminoso sendo inimputável ou incapaz de agir, mas, em momento anterior, ele próprio se colocou nesta situação de ausência de imputabilidade ou de capacidade de ação.

(B) Por ignorar a lei, pode o autor desconhecer a classificação jurídica, a quantidade da pena, ou as condições de sua aplicabilidade, possuindo, contudo, representação da ilicitude do comportamento.

(C) A ignorância da antijuridicidade é o desconhecimento dos dispositivos legislados, a *ignorantia legis* é o desconhecimento de que a ação é contrária ao direito.

(D) Se o réu condenado por tráfico ilícito de drogas, “confessa” que era sua a substância, mas que era simples usuário, negando o comércio espúrio da droga, não fará jus ao benefício.

(E) Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante.

QUESTÃO 43

No procedimento do Júri, haverá os seguintes períodos prescricionais, exceto:

(A) da data da consumação (ou dos demais termos iniciais) até o recebimento da denúncia ou queixa.

(B) do recebimento da denúncia ou queixa até a sentença de primeiro grau condenatória.

(C) da pronúncia até o acórdão que a confirmar (se houver recurso da pronúncia).

(D) do acórdão confirmatório da pronúncia até a primeira decisão condenatória no processo (ou, se não houve recurso da pronúncia, dela até a primeira condenação).

(E) da primeira decisão condenatória no processo até o trânsito em julgado.

QUESTÃO 44

Segundo o Código Civil brasileiro, aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Sobre a obrigação de indenizar, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não transmitem-se com a herança.
- (B) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, mesmo se a necessidade não for manifesta.
- (C) Caso seja comprovada a culpa, haverá obrigação de reparar o dano, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar risco para os direitos de outrem, por sua natureza.
- (D) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.
- (E) O tutor e o curador responderão pelos atos praticados pelos pupilos e curatelados, caso haja culpa de sua parte.

QUESTÃO 45

De acordo com o Código Civil, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- (A) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os viciados em tóxico.
- (B) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- (C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (D) os ébrios e os indígenas.
- (E) os pródigos e os menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 46

De acordo com a disposição do Código Civil para os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens públicos dominicais e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) Rios, mares, estradas, ruas, praças e edifícios públicos, são bens públicos de uso comum do povo.
- (C) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, salvo os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- (D) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- (E) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se bens de uso especial os pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

QUESTÃO 47

Como base no entendimento jurisprudencial sobre o Direito Civil brasileiro, assinale a alternativa correta

- (A) É indispensável a prova da necessidade, na retomada do prédio situado em localidade para onde o proprietário pretende transferir residência, salvo se mantiver, também, a anterior, quando dita prova será exigida.
- (B) O compromisso de compra e venda de imóveis, ainda que não loteados, não dá direito a execução compulsória, quando reunidos os requisitos legais.
- (C) A vida em comum sob o mesmo teto “more uxório”, é indispensável à caracterização do concubinato.
- (D) A usucapião não pode ser arguida em defesa.
- (E) No acordo de desquite não se admite renúncia aos alimentos, que poderão ser pleiteados ulteriormente, verificados os pressupostos legais.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa falsa com relação às orientações resultantes do conjunto de decisões proferidas pelos Tribunais Superiores sobre Direito Civil.

- (A) As disposições do decreto 2.2626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional.
- (B) Na indenização de danos materiais decorrentes de ato ilícito cabe a atualização de seu valor, utilizando-se, para esse fim, dentre outros critérios, dos índices de correção monetária.
- (C) É inconstitucional a multa instituída pelo Estado-membro, como sanção pelo retardamento do início ou da ultimação do inventário.
- (D) A empresa locadora de veículos responde, civil e solidariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado.
- (E) A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário-mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se-á às variações ulteriores.

QUESTÃO 49

Sobre a organização da educação nacional disposta na Lei federal nº 9.394/1996, os Municípios incumbir-se-ão de:

- (A) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições dos seus sistemas de ensino de forma autônoma às políticas educacionais da União.
- (B) exercer ação redistributiva em relação às suas escolas.
- (C) oferecer o ensino fundamental e, com prioridade, a educação infantil em creches e pré-escolas.
- (D) instituir Conselhos Tutelares e Fóruns dos Conselhos Escolares.
- (E) baixar normas suplementares para o seu sistema de ensino.

QUESTÃO 50

De acordo com a Lei nº 8.080/1990, estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), a execução das seguintes ações, exceto:

- (A) de vigilância sanitária.
- (B) de vigilância epidemiológica.
- (C) exames para tratamento de rejuvenescimento.
- (D) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
- (E) de saúde bucal.

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

- ENUNCIADO DO PARECER:

Valentina, menor impúbere, representada por seus genitores, José e Maria, ajuizou, perante a Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, Ação de Obrigação de Fazer com pedido liminar de Tutela de Urgência em desfavor do Estado de São Paulo e do Município X. Recebida a inicial, o juiz, de ofício, remeteu os autos para a Vara da Infância e Juventude. Ao que consta da inicial, Valentina, que encontra-se hospitalizada na UTI do Hospital Municipal, é portadora de amiotrofia espinhal tipo 1 e, em razão dessa condição de saúde, afirma necessitar de medicamentos, insumos e tratamentos médicos específicos, cujos custos estão além de suas possibilidades financeiras. Juntou com a petição inicial apenas o receituário dos medicamentos. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido liminar.

O juiz da Vara da Infância e Juventude, com base no artigo 196 da Constituição, entendeu que a tutela de urgência rogada mereceu acolhimento e considerou que o não atendimento do pleito requerido pela autora poderá colocar em risco o seu adequado desenvolvimento. Assim sendo, deferiu a tutela provisória de urgência, com fundamento no artigo 300, CPC, para determinar que os Requeridos lhe forneçam, solidariamente, no prazo de 10 (dez) dias, atendimento médico domiciliar (“home care”), bem como os medicamentos, equipamentos e insumos a ele inerentes, nos termos dos relatórios médicos que instruíram a peça exordial, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Inconformado com a decisão, o Município X, entre outras alegações, afirma que o alto custo do tratamento resultará em elevados prejuízos ao erário público. Destarte, na condição de Procurador do Município, você deve impugnar a determinação judicial. Para tanto, redija a peça processual apropriada, expondo todos os argumentos fáticos e jurídicos pertinentes.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 11 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	